

**O USO DE REDES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA:
POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO COM ADOLESCENTES EM
CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO**

THE USE OF SOCIAL NETWORKS AS A PEDAGOGICAL STRATEGY: POSSIBILITIES FOR
WORKING WITH ADOLESCENTS IN COMPLIANCE WITH SOCIO-EDUCATIONAL MEASURES

EL USO DE LAS REDES SOCIALES COMO ESTRATEGIA PEDAGÓGICA: POSIBILIDADES DE
TRABAJO CON ADOLESCENTES EN CUMPLIMIENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Gizele Ramos Mota Fernandes ¹

Gilberto Lacerda Santos ²

Bernardo Kipnis ³

Manuscrito recebido em: 09 de março de 2023.

Aprovado em: 18 de julho de 2023.

Publicado em: 01 de janeiro de 2024.

Resumo

A investigação relatada neste artigo se propõe a compreender a possibilidade do uso das redes sociais nas ações socioeducativas com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC, a partir da experiência e impressões de uma turma de alunos de faixa etária semelhante e futuros professores, em disciplina inicial do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Para tanto, utilizou-se da abordagem qualitativa, com o uso de observação não participante, aplicação de questionário e o relato de experiência da pesquisadora. O resultado apontou diversos possíveis usos das redes sociais junto ao público investigado, bem como revelou a precariedade de estudos referentes ao uso de tecnologias nas medidas socioeducativas.

Palavras-chave: Medida Socioeducativa; Adolescente em Conflito Com a Lei; Tecnologias Digitais de Informação; Comunicação e Expressão; Redes Sociais.

¹ Mestranda em Políticas Públicas e Gestão da Educação pela Universidade de Brasília. Graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná. Servidora pública ocupante do cargo de Especialista em Socioeducação na Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3485-0105> Contato: gisa.fernandes4@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Laval. Professor no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo Ábaco de Pesquisas Interdisciplinares sobre Tecnologias e Educação ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4541-3071> Contato: glacerda@unb.br

³ Doutor em Educação Comparada pela University of London. Docente no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0940-8577> E-mail: bernardo.kipnis@gmail.com

Abstract

The investigation reported in this article proposes to understand possibilities of using social networks with adolescents in compliance with a socio-educational measure of Assisted Freedom - LA and Provision of Services to the Community - PSC, based on the experience and impressions of a group of students in the age group similar, in an initial discipline of the pedagogy course at the Faculty of Education of the University of Brasília. For that, a qualitative methodology was used, with the use of non-participant observation, application of a questionnaire and the researcher's experience report. The result pointed to several possible uses of social networks with the target audience, as well as revealed the precariousness of studies regarding the use of technologies within socio-educational programs.

Keywords: Socio-educational measure; Teenager in conflict with the law; Digital Technologies of Information; Communication and Expression; Social media.

Resumen

La investigación relatada en este artículo tiene como objetivo comprender la posibilidad de utilización de las redes sociales en acciones socioeducativas con adolescentes en cumplimiento de las medidas socioeducativas de Libertad Asistida - LA y Prestación de Servicios a la Comunidad - PSC, a partir de la experiencia e impresiones de una clase de alumnos de grupo etario semejante y futuros profesores, en una disciplina inicial del curso de pedagogía de la Facultad de Educación de la Universidad de Brasília. Para ello, se utilizó un abordaje cualitativo, con el uso de observación no participante, aplicación de cuestionario y relato de experiencia del investigador. El resultado apuntó varios posibles usos de las redes sociales con el público investigado, así como reveló la precariedad de los estudios sobre el uso de las tecnologías en medidas socioeducativas.

Palabras clave: Medida socioeducativa; Adolescente en Conflicto con la Ley; Tecnologías Digitales de Información; Comunicación y Expresión; Redes Sociales.

Introdução

Este artigo apresenta o relato de uma investigação, realizada por meio da observação não participante com aplicação de questionários, a qual teve como ponto de partida a experiência da pesquisadora de aproximadamente dez anos no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A pesquisadora atua na Gerência de Atendimento em Meio Aberto em Samambaia – GEAMASAM, em equipe multidisciplinar composta por agentes socioeducativos, assistentes sociais, pedagogas, psicólogas, técnicas administrativas e adolescentes aprendizes. Essa unidade trabalha estritamente na execução das medidas socioeducativas

de Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC⁴. Ressalta-se que tal atuação se dá com o atendimento de adolescentes com idades de 12 a 18 anos, conforme estabelece o Estatuto da Criança e Adolescentes – ECA, Lei nº 8.069 de 1990, podendo ser estendido o cumprimento da medida até no máximo aos 21 anos, em casos excepcionais, conforme estabelecido nesta legislação.

Em 2020, o mundo vivenciou momentos de insegurança, medo e de muitas perdas, devido à pandemia causada pela pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2). Foram dois anos de muitas incertezas e de reinvenção de nossas ações, seja na vida pessoal, social e profissional. Não foi diferente na GEAMASAM. Foi necessário cancelar atendimentos presenciais e repensar formas alternativas de assistir os adolescentes e suas famílias.

Durante o período de reinvenção do trabalho, os servidores, mesmo sem conhecimento teórico sobre o uso das tecnologias como ferramenta pedagógica e socioeducativa, tiveram que lançar mão desses instrumentos, na tentativa de garantir atendimento aos adolescentes e seus familiares. Ressalta-se que, atualmente, a rede social digital mais utilizada para socialização entre as pessoas é o WhatsApp. Sendo ela de domínio, senão de todos, pelo menos da maioria das pessoas. Esse aplicativo foi escolhido como meio formal dos processos socioeducativos durante o início da pandemia. Sendo assim, lançamos mão do seguinte questionamento: O uso das redes sociais digitais como ambientes formais de aprendizagem é efetivo no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto?

Diante dessa realidade vivenciada pela GEAMASAM e outras instituições educativas, a investigação aqui relatada buscou analisar, por meio do levantamento de dados bibliográficos e da observação não participante, as potencialidades das redes sociais digitais no acompanhamento socioeducativo e a efetividade desse uso para os adolescentes e equipe de referência.

⁴ As medidas de LA e PSC estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990, no Art.112 e são consideradas medidas de Meio Aberto, ou seja, não há restrição de liberdade. Sobre a medida de PSC, o Art. 117 do ECA estabelece que consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. No que tange a medida de LA, o Art. 118 define que será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente (BRASIL, 1990).

Portanto, o objetivo geral deste trabalho foi o de compreender a possibilidade do uso das redes sociais nas ações socioeducativas. Foram estabelecidos como objetivos específicos: verificar como alunos de pedagogia, enquanto futuros professores, percebem o uso das redes sociais no processo de ensino-aprendizagem. Buscou-se, também, compreender o que pensam esses futuros professores sobre o uso dessa ferramenta para adolescentes e jovens. A partir da observação não participante e da análise da literatura, e considerando a experiência da pesquisadora no atendimento socioeducativo.

Este trabalho se justifica no sentido de estabelecer um embasamento teórico para possíveis ações socioeducativas permeadas pelo uso das Tecnologias Digitais de Informação, Comunicação e Expressão - TICE (Lacerda Santos, 2014; 2021; Kensky; Lacerda Santos, 2019), mais especificamente das redes sociais digitais, como espaços potenciais e significativos para o alcance dos objetivos socioeducativos, ou mesmo como apoio às ações socioeducativas.

Com a finalidade de compreender a problemática aqui exposta, realizamos a leitura e análise de 5 trabalhos que representam o quadro teórico para elaboração da investigação. O artigo de Pessoa e Branquinho (2017), intitulado “A quebrada está online: análise do uso das redes sociais por adolescentes com histórico de envolvimento em atos infracionais”, propõe analisar a relação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e o uso das redes sociais. Lacé, Souza *et al.* (2019) em seu artigo: “Educação digital na socioeducação: experiência em forma de relato”, possibilitaram extrair elementos para se pensar a política de inclusão digital no DF, a fim de tornar as TICE aliadas na ressignificação dos projetos de vida dos jovens privados de liberdade. Allegritt, Hessel *et al* (2012) em “Aprendizagem nas redes sociais virtuais: o potencial da conectividade em dois cenários”, contribuem com observações sobre o uso das redes sociais no processo de ensino e aprendizagem. Garonce e Lacerda Santos (2012), em “Transposição midiática: da sala de aula convencional para a presencial conectada”, apresentam o estudo sobre o impacto do uso das tecnologias na ação educativa. Por fim, Lacerda Santos (2021), em sua pesquisa de síntese, intitulada “Educação, tecnologias e inovação pedagógica: em busca do interativismo colaborativo”, nos apresenta diferentes possibilidades educativas das TICE.

Pesquisas destacam que devido à intensificação do uso das redes sociais cresce a cada dia o número de usuários que querem estar conectados e gostam de compartilhar todo tipo de informações e materiais digitais, sendo esta ferramenta suporte de interesses pessoais, sociais e profissionais (Allegritti *et al*, 2012; Moreira; Simões, 2017; Lira, 2017; Costa; Alturas, 2018). Nesta direção, Allegritti *et al.* (2012) salientam que as redes se expandem e são alocadas para o lazer, para uso social, para uso comercial, para a cultura, para a educação e outros. “A proliferação desse uso tem se destacado na área da Educação, diante disso, o interesse em conhecer aspectos funcionais e vantagens pedagógicas tornou-se recorrente entre os educadores” (Allegritti *et al.*, 2012, p.59).

Diante da proliferação do uso das redes sociais, sua importância na sociedade atual e suas potencialidades no processo educativo, surge o presente trabalho. Para tanto, o trabalho está dividido em três seções, além da introdução. A primeira traz a conceituação e algumas informações sobre medidas socioeducativas e atendimentos de adolescente em conflito com a lei. A segunda apresenta a conceituação e informações sobre TICE e redes sociais nas ações educativas. A terceira busca analisar, a partir da observação da turma e da experiência da pesquisadora na ação socioeducativa, as potencialidades do uso das redes sociais nas ações socioeducativas.

As considerações finais apontam para uma reflexão sobre alguns questionamentos propostos na pesquisa: Quais os benefícios das redes sociais nos processos educativos? As redes sociais se apresentam como uma alternativa efetiva de ambiente de aprendizagem e socialização nas ações educativas? As redes sociais podem ser usadas como espaços significativos de aprendizagem?

Conhecendo o contexto socioeducativo

Para iniciar a análise a que esse artigo se propõe, é importante, a princípio, mencionar que a visão que se tem, atualmente, da política de atendimento à criança e ao adolescente é resultante de uma série de conquistas relacionadas aos direitos infanto-juvenis, que perpassam por um período de “codificações”, marcado pela Doutrina da Situação Irregular, sendo, posteriormente, substituído pela Doutrina da Proteção Integral,

em consonância com a Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), a Resolução nº 119/2006 do CONANDA e a Lei 12.594/2012 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE).

O ECA e o SINASE normatizam as medidas socioeducativas, sendo aplicáveis à adolescentes com faixa etária entre 12 e 18 anos que cometeram algum ato infracional, conforme o art. 103 do ECA (Brasil, 1990, P. 55), que descreve que ato infracional é toda e qualquer, “[...] conduta descrita como crime ou contravenção penal”.

No artigo 112 do ECA, estão previstas sete medidas socioeducativas aplicadas pela autoridade judicial ao adolescente de acordo com a capacidade de cumprimento e gravidade do ato infracional cometido: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; e inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento socioeducativo, acompanhadas de qualquer uma das medidas protetivas.

As medidas socioeducativas, citadas acima, podem ser compreendidas como medidas em Meio Aberto e em Meio Fechado. As medidas em Meio Aberto, ou seja, as medidas de Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC, são aquelas que possibilitam os adolescentes continuarem frequentando a escola, mantendo seu convívio social, comunitário e familiar, mas devendo comparecer, periodicamente, para o cumprimento dessa medida, durante um determinado período estabelecido pelo judiciário. Nas medidas em Meio Fechado, aquelas de Semiliberdade e Internação⁵, os adolescentes são privados do seu direito livre de ir e vir.

De acordo com Lacé *et al.* (2019), o objetivo da socioeducação é promover a ressignificação do projeto de vida desses adolescentes e jovens, zelando pela proteção integral e prioritária, conforme asseguram a Constituição Federal (CF) de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), de 2012.

⁵ As medidas de Semiliberdade e Internação estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990, no Art. 112 e são consideradas medidas de meio fechado, portanto, com restrição de liberdade. Sobre as medidas de Semiliberdade o Art. 120 do ECA aponta que a presente medida pode ser determinada desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. No que tange à medida de Internação, está prevista no Art. 121 e se constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (Brasil, 1990).

O SINASE normatiza que na execução da medida prevaleça o elemento pedagógico em detrimento do punitivo. Em seu Art. 11º determina, como requisito obrigatório dos programas de atendimento, a exposição das linhas gerais dos métodos e técnicas pedagógicas. Neste trabalho, focamos na dimensão pedagógica da medida socioeducativa, com ênfase nas medidas de Meio Aberto: LA e/ou PSC.

Quanto à perspectiva educativa, Frassetto *et al.* (2012) cita que o objetivo da medida definido no documento SINASE de “possibilitar a inclusão social do adolescente de modo mais célere possível e, principalmente, o seu pleno desenvolvimento como pessoa” (p.22), talvez responda melhor àqueles que olham os sujeitos do processo educativo, mais do que sua história infracional. Essa é uma perspectiva que considera a medida socioeducativa como possibilidade de aprendizagem e de desenvolvimento do adolescente em sintonia com o Art.100 do ECA, que põe acento nas necessidades pedagógicas dos adolescentes.

Os dois aspectos das medidas socioeducativas visam à responsabilização do adolescente pelo ato infracional cometido e um atendimento especializado pela condição de desenvolvimento em que se encontram os adolescentes (Vidigal, 2012). Antônio Carlos Gomes da Costa (2007) complementa essas questões ressaltando que, na dimensão jurídica, a responsabilização se dá pelo devido processo com todas as garantias básicas asseguradas. No plano pedagógico a responsabilização se dá por um processo de conscientização acerca de si mesmo, de suas iniciativas, de sua liberdade e do seu compromisso consigo mesmo e com os outros na família, na escola, no trabalho, na comunidade e na sociedade em sentido mais amplo.

Portanto, os programas de medidas socioeducativas precisam propiciar ao adolescente a possibilidade de desenvolverem conhecimentos para explicar o seu mundo e para expandi-lo. Seu universo precisa ser conhecido e vivido sem que isso se torne um processo doloroso ou que exija enorme sacrifício, de tal forma que as escolhas sejam baseadas em maiores possibilidades de exercer sua intencionalidade a despeito de todas as questões estruturais e conjunturais as quais não temos controle. A apropriação de suas escolhas – ou a posse do poder modificador de seu mundo – marca o início da sua responsabilidade sobre elas mesmas (PPP-DF, 2013).

Sobre o acompanhamento socioeducativo na LA, o adolescente é atendido e acompanhado por uma equipe multidisciplinar com base no que está posto pelo SINASE, obedecendo a um fluxo, desde o acolhimento e entrevista inicial com o adolescente e a família pelo educador de referência. Diante disso, serão realizados encaminhamentos de acordo com as demandas apresentadas no que se refere à saúde, educação, profissionalização, assistência social, dentre outras, para promoção e garantia de direitos dos adolescentes e seus familiares. Ademais, o adolescente são inserido nos grupos temático-reflexivos semanais, há a realização de visitas domiciliares, atendimento individual e familiar, reuniões de grupos de apoio sóciofamiliar, estudos de casos e demais ações que se apresentarem necessárias.

Com foco no trabalho pedagógico, objetivo primordial das medidas socioeducativas, é que surgiu a necessidade dos pesquisadores de compreender se é significativo e efetivo lançar mão de alternativas tecnológicas, como as TICEs, especialmente as redes sociais digitais, nas ações educativas propostas pela equipe da medida socioeducativa de meio aberto.

Tecnologias Digitais de Informação, Comunicação e Expressão (TICE) e Redes Sociais nas ações educativas

Os autores Pessoa e Branquinho (*apud* Carreira, 2012) afirmam que o advento das redes sociais tem sido objeto de estudos no meio acadêmico, especialmente no campo das Ciências Humanas e Sociais. Eles afirmam que, com base na literatura, o desenvolvimento de comunidades e redes sociais *on-line* é um dos maiores acontecimentos dos últimos anos, sobretudo porque constituiu uma nova maneira de organização das relações sociais. As redes virtuais têm estabelecido novas configurações nas relações interpessoais e, conseqüentemente, na maneira de ser das pessoas em toda sua complexidade individual e social. Assim, afirmam que a internet e seus diversos recursos trouxeram implicações e mudanças drásticas nas relações humanas (Pessoa; Branquinho, 2017, p.3).

Para os mesmos autores, entre as ferramentas mais populares, destacam-se as redes de interação que se configuram como locais virtuais de troca constante entre as pessoas, denominadas redes sociais. Conforme Rosa e Santos (2013), “entre as principais

funções das redes sociais de Internet, encontram-se a possibilidade de comunicar-se com outras pessoas, de estabelecer e de manter contatos” (p. 9). As redes sociais são diversas e aumenta cada dia o número de usuários que acessam suas ferramentas. Entre as principais, aparecem o *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Snapchat*, *Whatsapp*, entre outros. Todas estas redes permitem um acesso constante, produzindo novas modalidades de relações que interferem na constituição das subjetividades (Nobrega, 2010).

Lacé *et al.* (2019) acrescentam que a inclusão digital nas ações educativas é muito importante, principalmente tendo em vista que o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TIC) estão disseminados pela sociedade de várias formas e atingem de maneira peculiar as relações sociais nos diferentes espaços em que elas ocorrem.

Ainda sobre a importância do uso das tecnologias na atualidade, Mil e Santiago, 2016 apud Lacé *et al.*, 2019, afirmam:

[...] as tecnologias têm papel importantíssimo para que o ensino-aprendizagem favoreça o processo de socialização dos indivíduos, especialmente em termos de organização e veiculação de informações/conhecimentos, quanto em termos comunicacionais. Afinal, todo processo educacional baseia-se na socialização de conhecimentos, que por sua vez envolve intenso processo comunicacional para sensibilização sociocultural, de comportamento e valores, mudanças intelectuais e emocionais.

Diante dessa mudança na forma de se relacionar em nossa sociedade, devido ao advento das Tecnologias Digitais de Informação, Comunicação e Expressão (TICE)⁶, Lacerda Santos aborda a importância da inclusão digital dos professores, e aqui, acrescentamos os educadores e socioeducadores, justamente por estas serem suportes privilegiados e inovadores nas ações educativas. O autor salienta que o professor deve, portanto, percebê-las e assimilá-las como meios didáticos poderosos para a dinamização de suas ações educativas, para o estabelecimento de conexões com o cotidiano dos alunos, para acirrar a pertinência da escola no contexto de uma sociedade cada vez mais digital,

⁶ De acordo com Lacerda Santos (2010), o conceito de Tecnologia Digital de Informação, Comunicação e Expressão (TICE) foi cunhado em 2010, no âmbito de uma investigação sobre o rompimento de paradigmas quando se aprende e se ensina em meio virtual. Este novo conceito é uma evolução do termo Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) e integra o termo “digital”, para claramente excluir as tecnologias analógicas com esta mesma finalidade (informar e comunicar), bem como o termo “expressão” para incluir as possibilidades inéditas de conteúdos diversos (textos, sons e imagens) proporcionadas pelas tecnologias decorrentes da informática (Santos, 2010, p. 227).

cada vez mais centrada na exploração dessas tecnologias em todos os setores da ação humana e, por fim, para promover aproximações entre eles próprios e as manifestações culturais emergentes no ambiente escolar, decorrentes da exploração dessas tecnologias, tão presentes na vida cotidiana de seus alunos e também dos próprios professores, os quais, por força de diversas circunstâncias, têm se tornado cidadãos de dois mundos: o mundo conectado, fora da escola, e o mundo da comunicação linear, dentro da escola. (Lacerda Santos, 2014).

O autor afirma que as TICEs fazem, portanto, alusão direta às possibilidades inéditas de se informar, de se comunicar e, sobretudo, de se expressar, as quais somente os aparatos digitais (como os computadores, os tablets e os telefones inteligentes) e os ambientes virtuais (como as redes sociais, os sites, os blogs e a própria Internet) permitem.

Lacerda Santos (2021) aborda em sua pesquisa de síntese o Interativismo Colaborativo, enquanto modelo didático ou teoria educacional, ou ainda teoria de ensino-aprendizagem, a associação de recursos diversos (humanos, computacionais e materiais) em torno de uma situação educativa colaborativa, em rede descentralizada. Tal situação educativa é promotora de ativismos didáticos e estrategicamente articulada para o desenvolvimento de conexões múltiplas entre os sujeitos nos novos modos de produção de conhecimentos na Sociedade do Conhecimento e no âmbito da cultura digital emergente, processo de aprendizagem e os diferentes tipos de informação que lhes são propostas e que são transformadas em conhecimentos significativos.

Por fim, Lacerda Santos (2021) aborda os diversos benefícios do uso das TICEs no que tange ao processo de ensino-aprendizagem, sendo eles: possibilidades, proporcionadas pelas redes sociais quando utilizadas para fins pedagógicos, do desenvolvimento de funções de interação social, possibilidades da aprendizagem nômade como promotora do ativismo didático em uma perspectiva de interação do indivíduo com seu contexto imediato, mediação, interação e ativismo didático e abordagens dialógicas, comunitárias, colaborativas e interativas entre professores e estudantes, proporcionar uma educação mais atrativa para a nova geração de estudantes, relação educativa, o que implica na adoção de metodologias ativas, dialógicas, bem como na flexibilização do tratamento dado ao tempo e ao espaço de ensinar e aprender.

Metodologia

Este trabalho está embasado na abordagem qualitativa que tem como objetivo se aprofundar no mundo dos significados para compreender relações, valores, atitudes, crenças, hábitos e representações, contribuindo para interpretação da realidade (Minayo, 2012). Para coleta de dados foi realizada a partir da observação não participante de uma turma de alunos da disciplina do curso de pedagogia e Educação, Tecnologia e Comunicação – ETC, conjuntamente com a aplicação de questionário aos alunos e o relato de experiência da pesquisadora. A observação não participante ocorreu nas aulas presenciais conectadas, no WhatsApp e da interação realizada no Facebook e Telegram. Salienta-se que a observação foi realizada de junho a agosto de 2022. A análise dessa observação foi registrada em diário de campo sempre depois das aulas ou atividades que os alunos participavam. Ademais, todo o registro pode ser acessado nos aplicativos de Whatsapp, Facebook e no Telegram.

Destaca-se que o método da observação é especialmente adequado para o estudo de fenômenos sociais sobre o qual pouco se conhece e onde o comportamento de interesse não está prontamente disponível para visualização pública. Portanto, os pesquisadores buscam compreender o fenômeno por meio da observação por si só, ou observando e participando, em diferentes graus, nas atividades diárias da comunidade, grupo ou contexto estudado. O pesquisador, na observação participante ou não participante, coleta dados por meio da participação ativa ou passiva na vida cotidiana das pessoas que ele ou ela está estudando. A abordagem está na interação cotidiana envolvendo conversas para descobrir as interpretações dos participantes nas situações que estão envolvidos (Marietto, 2018 apud Given, 2008; Mac An Ghail, 1994).

A pesquisadora se deteve a observar o comportamento dos alunos com as atividades propostas pelo professor, a relação deles com o uso das tecnologias disponibilizadas no contexto de aprendizagem, mais precisamente nas redes sociais, o engajamento, a interação com os colegas e professor, domínio do conteúdo, adesão às atividades propostas e as avaliações deles sobre essa nova forma de ambiente de ensino-aprendizagem. Para completar a análise sobre a avaliação dos alunos referente ao uso das

redes sociais, foi elaborado um questionário, tendo por base um formulário eletrônico disponibilizado a todos os alunos e alunas da turma. Para análise da problemática exposta, contamos também com o relato de experiência da pesquisadora, no trabalho realizado com adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida – LA.

Salientamos que para cumprimento das condicionalidades ética, conforme disposto nas Resoluções CNS nº 466/2012, todos os alunos foram informados da presente pesquisa e convidados a participar do questionário. O consentimento foi obtido por meio de termo de assentimento constante no questionário. Ademais, todas as informações sobre objetivo da pesquisa, bem como possíveis riscos, foram repassados aos alunos/as em aula presencial e por meio de gravação de um vídeo de apresentação da pesquisa. Destaca-se que os alunos foram informados, desde o início, que a turma estava sendo observada por 3 alunos do programa de mestrado e que a observação tinha como foco a elaboração de um artigo final.

Estudo de campo: Análise e Discussão

A partir da observação não participante da turma de calouros e do questionário por eles preenchido, foi possível a realização da análise a seguir.

O questionário foi disponibilizado à turma da disciplina de Educação, Comunicação e Tecnologia - ECT, uma das disciplinas do curso de pedagogia. Ele foi proposto como forma de complementar as observações realizadas, no período de junho a agosto de 2022. Ressalta-se que este foi o primeiro semestre dos alunos.

A turma estava composta por 35 alunos, entretanto, apenas 20 alunos (57%) participaram do questionário. Dos participantes, 15 são mulheres (75%) e 5 homens (25%), com idade entre 18 e 46 anos. Deste total, 10 pessoas se identificam como pardos (50%), 9 como brancos (45%) e um preto (5%). Sobre o exercício da atividade laboral, 8 pessoas afirmam trabalhar (40%) e 12 se dedicam exclusivamente à faculdade (60%). 17 pessoas são egressos de escola pública (85%) e 3 de escola particular (15%), sendo que uma era bolsista. No que se refere ao grau de escolaridade dos pais dos participantes, 10 tem Ensino Fundamental (50%), 3 Ensino Médio (15%), 5 Ensino Superior (25%) e 2 não souberam

informar (10%). No que tange ao grau de escolarização das mães, 7 tem Ensino Fundamental (35%), 7 Médio (35%), 5 Superior (25%) e uma não concluiu a primeira etapa do Ensino Fundamental (5%).

Para análise das respostas disponibilizadas no questionário, utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin (2016), pela análise temática. Para tanto, as seguintes categorias foram elencadas: Benefícios, desafios, sugestões e conveniência do uso das redes sociais nos espaços educativos com adolescentes.

- Benefícios do uso das Redes Sociais nos espaços educativos

Por meio da coleta de dados foi possível perceber as várias possibilidades que o uso das redes sociais pode oferecer no processo educativo, desde acesso rápido às informações que se buscam à facilidade de acesso em qualquer momento e espaço. Além dessas questões, foi possível perceber as potencialidades dessa estratégia pedagógica para o processo de ensino-aprendizagem. Para compreender melhor essas potencialidades, lançou-se mão do questionário como estratégia para colher as percepções dos alunos da disciplina. Foi possível corroborar algumas informações percebidas nas observações de campo, que se seguem:

O Participante 1 afirma o seguinte sobre o uso das redes sociais como espaço educativo: “Posso ler as respostas e experiências dos colegas de turma, dando mais carga ao meu conhecimento. Todos colaboram mais do que em sala de aula”. O que também é ressaltado pelo participante 2: “Podemos ir além da sala de aula então é bem mais dinâmico” e o Participante 9 frisa que “Pelo fato de ser dinâmica traz um interesse maior”. Tais afirmativas corroboram com Mil e Santiago, 2016 apud Lacé et al., 2019 “[...] as tecnologias têm papel importantíssimo para que o ensino-aprendizagem favoreça o processo de socialização dos indivíduos, especialmente em termos de organização e veiculação de informações/conhecimentos, quanto em termos comunicacionais. Afinal, todo processo educacional baseia-se na socialização de conhecimentos, que por sua vez envolve intenso processo comunicacional para sensibilização sociocultural, de comportamento e valores, mudanças intelectuais e emocionais” (p.9).

Outro apontamento importante que os participantes trouxeram refere-se à característica principal do uso das tecnologias digitais, em específico das redes sociais, que está relacionada ao fato de poder acessar o conteúdo a qualquer tempo e em qualquer lugar. De acordo com o Participante 3: “Tem me permitido ter melhor acesso ao conteúdo, pois moro distante da Universidade e, portanto, possuir aulas remotas facilita meu acesso em alguns momentos.”. O participante trata não apenas do uso das redes sociais mais sobretudo a importância da tecnologia no que tange às características remotas. Característica que favorece o que o Lacerda Santos (2021) nomeia de educação nômade.

Evidenciou-se com a pesquisa, o desconhecimento de muitos participantes acerca da potencialidade dessa associação entre educação e as tecnologias da informação e a surpresa por ver o que essa associação proporcionou em suas experiências, principalmente a surpresa em relação ao uso das redes sociais no processo educativo. O participante 4 afirmou: “então, a contribuição foi que eu aprendi que o aprendizado pode ser aliado da tecnologia, coisa que eu achava impossível de acontecer”. O Participante 13 acrescenta: “E achei bastante importante, pois podemos explorar a aprendizagem de diversas formas. Algo que considero relevante mencionar é a forma que exercemos nossa autonomia em cada atividade, pois embora temos as orientações do professor, os estudos, as interações e as elaborações das atividades, vem de nós”. Aqui ele aborda também a importância dessas ferramentas para mudança de comportamento dos alunos e seu protagonismo diante do seu processo de ensino-aprendizagem.

Todas as afirmativas reforçam o potencial do uso das redes sociais com foco em uma educação ativa onde o aluno se torna sujeito do processo de ensino-aprendizagem, conforme citado pelo Participante 6: “Com certeza, me auxiliou a ter mais responsabilidade e autonomia para procurar os conteúdos, estudar sem esperar o professor passar algo etc”. Participante 17 salienta que: “Permite inclusão, democratização, independência, transparência, flexibilidade, otimização de tempo e recursos, sendo ferramentas fundamentais para o ensino e aprendizagem”. O Participante 14 acredita que: “[...] o uso das redes sociais pode ser utilizado para somar na aprendizagem, tornando a aula mais dinâmica e permitindo que o aluno se torne ator do seu processo de aprendizagem”.

Compartilhar conhecimentos e buscar o conteúdo ou informação de forma rápida e prática também foi citado como pontos positivo do uso das redes sociais no processo educativo. Sobre isso o Participante 19 aponta que “Tem sido um recurso eficaz, porque além dele disponibilizar para muitos um aprendizado mais dinâmico, facilita muito em algumas questões, como publicação de pesquisas dentro do aplicativo, vídeos, mensagens, etc”.

De fato, com as afirmativas dos participantes, é possível enxergar as potencialidades do uso das redes sociais. De forma resumida, os participantes afirmaram que o uso dessa estratégia trabalha a autonomia, é inovadora, facilita o acesso ao conteúdo, torna a aula dinâmica e participativa, torna a aula interessante, facilita a aprendizagem e apoia no protagonismo dos alunos e de socialização.

- Desafios com o uso das Redes Sociais como espaço educativo

Entre os desafios encontrados pelos participantes, são citados os seguintes: dificuldades com o uso e manipulação da tecnologia, a falta de recursos, ou recursos precários, como acesso à internet de qualidade e celulares compatíveis com a atividade ou tecnologias. Tais informações são apontadas nas falas de alguns participantes como do Participante 11:

É muito novo pra mim ver essas plataformas como ambientes digitais, a meu ver existem pontos positivos, como facilidade do acesso, poder assistir a aula de vários lugares, maior liberdade, mas pontos negativos como acesso à internet, dispositivos eletrônicos, pois nem todo mundo pode ter acesso.

A falta de compreensão, ou dificuldade de manipulação sobre o uso dos aplicativos, acaba gerando em alguns alunos falta de engajamento e mesmo desinteresse. Para alguns alunos, tem sido difícil essa realidade, pois é o primeiro contato com essas estratégias de ensino. O participante 7 afirma não ter se adequado a essa forma de ensino: “Não me identifiquei muito com essa disciplina, porém estou tentando acompanhar”. Mas uma razão para que o professor conheça cada aluno/educando para que possa contribuir com seu engajamento e processo de ensino aprendizagem. O participante 8 complementa com a seguinte afirmativa: “Tem sido desafiador, pois acabamos saindo da nossa zona de

conforto (mesmo sendo “online”). Algumas redes que não usávamos, tivemos que aprender/reaprender a usar”.

Alguns dos participantes afirmam sentir falta de interações mais ricas entre os alunos e alunos e professor. Participante 5 diz que “O ensino remoto através de tecnologias facilita o acesso ao conhecimento e o desempenho individual, entretanto deixa a desejar na parte de socialização enquanto estudantes e não promove discussões de forma precisas como no presencial”. Realmente a partir das observações não participante foi possível perceber que há pouca participação dos alunos, ficando a cargo do educador o engajamento da turma, embora alguns participantes da pesquisa afirmem se sentirem mais seguros para participar no meio remoto. Entretanto, tal situação acaba por favorecer a participação dos mesmos alunos e contribuindo para os que já não tem tanto iniciativa para participar das intervenções se mantenham nesse status.

Ademais, por ser uma estratégia que necessita de disciplina e autonomia do sujeito acaba por gerar uma sobrecarga para o aluno, sendo necessário maior habilidade de organização, independência e atitude do aluno. Dificuldade para compreender o conteúdo nessa modalidade também foi citada como um desafio.

- Sugestões para o uso das redes sociais como espaços educativos

Como sugestões para o uso das redes sociais como estratégia pedagógica significativa, os participantes elencaram o seguinte: inicialmente é necessário que o educador conheça a realidade de cada aluno referente ao acesso as tecnologias, enfatizam a necessidade de avaliação diagnóstica e continua que favoreça o conhecimento dos alunos/educandos assistidos. Isso também é visto como um desafio. Os Participantes 14 e 1 evidenciam que: “[...], o uso desses componentes deve ser utilizado de maneira adequada, permitindo o auxílio e não atrapalhando as aulas, além de ser de suma importância pensarmos no perfil dos alunos, bem como suas condições”. Participante 1: “[...], posso, ao invés do mau uso, utilizá-la para tornar-se um ensino mais divertido e com qualidade”.

Alguns participantes, como o Participante 3, apontam a importância do planejamento de atividades educativas com o uso das redes sociais: “São essenciais, porém muito potentes para ser utilizada de forma desorientada, caso seja utilizada de forma adequada e correta de acordo com a proposta de ensino, as redes sociais podem surtir efeitos benéficos de suma importância para a educação. Já em casos em que a orientação não atinge ao público, as redes sociais podem surtir efeitos maléficos, prejudicando o aprendizado”.

Torna-se importante também que o professor/educador oriente melhor como se dará esse uso e que os alunos aprendam a manipular as tecnologias antes de iniciarem as atividades, pois essa dificuldade contribui para a falta de engajamento. Ressaltam, ainda, a necessidade de domínio da tecnologia utilizada pelo professor e que contemple planejamento definido e objetivos de ensino-aprendizagem. Situação que foi destacada nas falas do Participante 7: “[...] assim, acho que poderia ser algo mais organizado, não sei se já sou acostumada a utilizar plataformas educacionais como o meet para as aulas, acho que por exemplo, o WhatsApp seria para a comunicação, mas para a aula ficou confuso”. Participante 8: “Sim, pois dependendo da forma que é abordado o conteúdo, pode ser uma excelente ferramenta que desperta o interesse nos alunos”. Participante 11: “Sim, desde que se pense e estimule um uso consciente dessas plataformas”. O uso das trilhas de aprendizagem é uma ótima estratégia para apoiar a ação do professor e compreensão do processo pelo aluno.

Sugere-se, a partir das falas dos participantes e da observação da pesquisadora, que o uso das redes sociais como espaço educativo deve ser um complemento ao espaço presencial, ambos devem andar juntos, o que torna o aprendizado mais rico. Tal metodologia já é conhecida no campo da educação como *blended learning* ou aprendizagem híbrida. O Participante 5 aborda essas questões: “A minha percepção é que devemos usar essas ferramentas como forma de complementação do processo de aprendizagem do aluno, sem, contudo, substituir o ensino presencial, mas tendo a tecnologia a nosso favor em relação ao ambiente escolar”. Tal afirmativa é complementada pelo Participante 15: “Sou a favor do ensino híbrido, visando a importância da interação dos alunos dentro da sala de aula, mas também não deixando de fora o ensino com as redes sociais, que estarão presentes na vida deles”.

Os participantes não citaram, no questionário, mas a observação não participante permitiu considerar que o uso de avaliações contínuas no processo de aprendizagem, permeado pelo uso das tecnologias como as redes sociais, tornariam o processo mais rico e interessante, sanando algumas das dificuldades e contribuindo para melhoria das ações nesses espaços. É necessário que o professor esteja comprometido com o processo e esteja disponível para contribuir com os alunos, assim como é imprescindível que o aluno esteja engajado com seu aprendizado, mesmo diante dos desafios encontrados. Os alunos precisam aprender a se organizar para conseguir cumprir com os prazos e compromissos da disciplina. E por fim, a disponibilidade do professor faz muita diferença no processo educativo, seja no formato virtual ou presencial.

- Uso das redes sociais no processo de ensino aprendizagem com adolescentes

Os participantes acreditam que o uso das redes sociais no processo de ensino aprendizagem é bem significativo para os adolescentes, visto que tal tecnologia faz parte da realidade deles. O participante 1 diz: “Por eles estarem mais envolvidos com as tecnologias, esse seria um bom caminho para adaptar o ensino, ao invés de proibi-los a utilização”. O participante 3 ressalta: “Sim, pois são meios dos quais os adolescentes são familiarizados, logo são ferramentas atrativas aos adolescentes”. Participante 5 acrescenta que: “Sim, pois é uma ferramenta em que os jovens estão em constante contato e que potencializa a velocidade da informação fazendo com que a linguagem se adeque a do estudante e facilitando o processo de aprendizagem dele”.

Entretanto, afirmam que esse uso deve ser complementar as atividades presenciais e é necessário ter um planejamento e acompanhamento adequado por parte dos educadores/professores. O participante 9 afirma que “Com adolescentes depende da disciplina, pois muitos são desorganizados e dispersos então poderia ocorrer de muitos deixarem pro último minuto e não conseguirem participar ou entregar deveres avaliativos a tempo”. O participante 10 complementa essa afirmativa com o seguinte: “Sim, mas precisa do comprometimento do aluno e do professor para tornar a aula interessante e prender a atenção”. O participante 20 diz: “Sim. Porém, é necessário colocar limites as aulas não pode ser toda num formato de jogo. Seria interessante mesclar”.

O participante 13 finaliza com a seguinte análise: “Através dessa disciplina, pude perceber o quanto o avanço tecnológico contribuiu em relação à educação. E o fato de utilizar as redes sociais com adolescentes é bastante relevante, pelo fato de tais tecnologias já estarem presente no cotidiano desse aluno. Dessa forma, o professor apenas irá direcionar esses alunos, para que possam alcançar o desenvolvimento desejável. Ademais, utilizando das redes sociais, o professor provisiona um ensino diversificado e dinâmico. Fazendo com que o aluno perceba que aprender pode ser algo legal”.

- Relato de experiência na Socioeducação

Já no que tange a experiência da pesquisadora no atendimento socioeducativo durante o período da pandemia, quando ela e a equipe precisaram lançar mão do uso das tecnologias da informação para garantir o atendimento socioeducativo, segue análise.

Inicialmente é importante caracterizar o público atendido pela Unidade. O público é formado por adolescente de 12 a 20 anos, majoritariamente pardos e pretos, muitos encontram-se evadidos da escola, possuem distorção idade/série, apresentam dificuldade de aprendizagem, não trabalham, os responsáveis por eles, em sua maioria, não concluíram Ensino Fundamental, estão desempregados e muitos vivem dos auxílios disponibilizados pelo governo. Essa é uma característica geral do público assistido pela unidade que a pesquisadora trabalha, em especial durante o período relatado neste artigo (Os dados foram extraídos da planilha estatística, formulário de registro usado pela GEAMA). Esses dados são corroborados pela pesquisa da CODEPLAN de 2013, o que demonstra que, infelizmente, o cenário permanece o mesmo.

No dia 23 de março 2020, a equipe da GEAMA foi informada que realizaria o trabalho por meio de teletrabalho, em observância à Portaria nº 231, de 19 de março de 2020, que regulamentava as atividades no âmbito das unidades do Sistema Socioeducativo em decorrência da pandemia do coronavírus (SARS-Cov-2) e ao Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre o teletrabalho, em caráter excepcional e provisório, para os órgãos da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a partir de 23 de março de 2020, como medida necessária à continuidade do funcionamento da administração pública distrital, em virtude da situação de emergência em saúde pública e pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Inicialmente a equipe se encontrou desorientada, sem saber como seria isso tudo, não sabíamos se duraria apenas alguns dias ou não. De toda forma, tivemos que nos reinventar. Tudo que estava planejado para o ano de 2020 teve que ficar para trás e tivemos que adotar outras estratégias. Foi desafiador sair dos atendimentos presenciais para o remoto, mas também, foi um momento de muito aprendizado e descobertas. Aos poucos fomos criando estratégias para realizar os atendimentos de acordo com as demandas que surgiam.

Sobre os atendimentos remotos, adotamos como ferramenta de trabalho o Whatsapp. A princípio, utilizamos esse aplicativo apenas como forma de comunicação, para manter o contato com o adolescente e sua família. Entretanto, como o isolamento perdurou mais do que imaginávamos, tivemos que planejar atendimentos pedagógicos utilizando essa ferramenta. Foi aí que percebemos a potencialidade desse uso para os adolescentes que tinham acesso as tecnologias necessárias, mas também as limitações para quem não tinha condições de acessar essas ferramentas e a falta de conhecimento dos educadores no uso da tecnologia de forma pedagógica, como evidenciado nesta pesquisa.

Nesse período, foram detectadas diferentes situações em que os (as) adolescentes se encontravam: 1) aqueles (as) que possuíam celular e que tinham internet; 2) aqueles (as) que tinham celular, mas nem sempre possuíam acesso à internet; 3) aqueles (as) que faziam uso do celular de algum parente e precisava aguardar sua chegada em casa para participar dos atendimentos ou participar das atividades propostas; 4) aqueles (as) que não possuíam a tecnologia necessária para participar dessa modalidade de atendimento.

Ressaltamos que a medida socioeducativa tem como foco o trabalho na responsabilização do adolescente, na promoção dos direitos e no trabalho pedagógico, conforme disposto no ECA e no SINASE. Sobre a promoção dos direitos, trabalhamos nos diversos eixos que permeiam a vida desse sujeito: Saúde, assistência social, profissionalização, educação e demais instituições necessárias para a garantia de direitos. No eixo da educação, acompanhamos todo o período desde o cancelamento das aulas até seu retorno na modalidade remota.

Sobre essa situação foi possível verificar a dificuldade dos adolescente, famílias e escola para lidar com essa nova modalidade. Infelizmente, muitos dos adolescentes atendidos pela GEAMA não conseguiram aderir à modalidade remota na escola, por falta de acesso à internet ou mesmo pela dificuldade de acessar e/ou manipular as tecnologias. Mesmo com a oferta de internet gratuita pelo governo, os (as) adolescentes permaneceram com dificuldade de acessar a escola nessa modalidade, pois não contavam com uso de telefone em casa e também não contavam com o suporte da escola.

Essas foram algumas das situações que se apresentaram nesse período, nos mostrando que mesmo com a era da informatização as pessoas, mesmo os profissionais, ainda não dominam as tecnologias, necessitando se capacitar para contribuir de forma significativa com a produção do processo ensino-aprendizagem e mesmo garantir ao público atendido a inclusão digital.

Ademais, é impressionante perceber que, na era da revolução tecnológica, ainda tenhamos tantas pessoas sem conhecimento do uso das diversas tecnologias e também a grande porção de pessoas excluídas desse processo de inclusão digital, pela falta de acesso devido às condições financeiras e econômicas e oferta desse espaço pelas escolas e/ou instituições que estão vinculados.

Considerações finais

Em suma, a investigação proposta neste artigo corroborou com a literatura revisada e apontou para a importância de inserir estratégias tecnológicas nas ações educativas, visto que fazem parte da realidade da sociedade do conhecimento, assim como é importante a democratização do uso de instrumentos como as redes sociais, foco desse estudo, para os envolvidos nos processos educativos. Tais estratégias são consideradas significativas, pois já fazem parte da realidade de muitos educandos e socioeducandos.

Entretanto, o estudo frisou a importância de considerar as dificuldades de acesso e manipulação da tecnologia que muitos dos envolvidos no processo educativo possuem para acessar as tecnologias digitais. Portanto, é importante propor ações de

democratização do uso das tecnologias nos espaços educativo, como escolas e unidades de atendimento socioeducativo para tornar o processo educativo efetivo e significativo. Disponibilizar acesso as diversas tecnologias nesses espaços, bem como profissionais capacitados nessas ferramentas é o primeiro passo para que essa democratização inicie.

Ressalta-se que, de fato, foi possível perceber com a pesquisa de campo e o relato de experiência que lançar mão do uso de tecnologias nas ações educativas é sempre interessante, visto que tais instrumentos já fazem parte da realidade da sociedade da informação. E isso independe do público atendido ou assistido.

Na educação e na socioeducação, essas estratégias são ainda muito bem-vindas para a dinamização, inovação, criatividade das ações educativas e estímulo diferenciado aos participantes, sejam eles alunos ou socioeducandos, seja na escola ou no ambiente socioeducativo, sejam adolescentes ou adultos.

Todavia, torna-se importante, como resultado das discussões e análises trazidas pela pesquisa, a preparação de pessoas capacitadas no uso dessas estratégias, na existência de planejamentos, a partir da realidade apresentada pelo aluno, o socioeducando, ou seja, o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, e demais participantes, da disponibilização das ferramentas necessárias, como internet, celular, computador e demais instrumentos, que oportunizem o uso das tecnologias. O que fica evidente é a necessidade de avaliação contínua do processo pelo professor/educador, para que o mesmo possa realizar os diagnósticos de cada aluno/socioeducando e buscar juntos alternativas para os desafios encontrados.

O estudo ressalta ainda que o uso das redes sociais é bem-vindo, mas que ele deve servir de complemento às ações educativas presenciais, famosa metodologia híbrida, e não como substituto, principalmente com o público adolescente. Ressalta-se que a metodologia híbrida objetiva reunir de várias formas, física e virtual, de acordo com a necessidade e com flexibilidade, instrumentos para o processo de ensino-aprendizagem.

Ademais, visto que há poucos estudos referentes ao uso de redes sociais e tecnologias nas ações socioeducativas, é importante que pesquisas empíricas futuras

trabalhem diretamente com o público dos socioeducandos e socioeducadores sobre a inserção dessas estratégias nas atividades do programa socioeducativo.

Referências

- ALLEGRI, S. M. M.; et al. Aprendizagem nas redes sociais virtuais: o potencial da conectividade em dois cenários. **Revista Contemporaneidade educação e tecnologia**, v.1, n.2, p.54-60, 2012. Disponível em: https://revistacontemporaneidadeeducacaoetecnologia02.files.wordpress.com/2012/04/pucsp_2012.pdf. Acessado em: 25 jul. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – ECA. LEI 8069/1990. Brasília: Senado Federal, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acessado em 25 jul. 2022.
- BRASIL. **Resolução nº 119 de 11 de dezembro de 2006**. Aprova o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília: CONANDA, 2006a.
- BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acessado em 04 jul. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acessado em 25 jul. 2022.
- COSTA, A. C. G. **Pedagogia e Justiça**. ABMP, s/d. Disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/costa-protagonismo.pdf>. Acessado em 25 jul. 2022.
- COSTA, I. P.; ALTURAS, B. Líderes de Opinião Digital portugueses, e o seu impacto, na promoção de produtos, serviços e eventos nas redes sociais. In: IBERIAN CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGIES, 13, 2018, Cáceres. **Anais...** Cáceres: IEEE, 2018.
- CODEPLAN. **Campanha de Planejamento do Distrito Federal**. Perfil e percepção social dos adolescentes em medida socioeducativa no Distrito Federal. Distrito Federal: Codeplan, 2013. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Perfil-e-percep%C3%A7%C3%A3o-social-dos-adolescentes-em-medida-socioeducativa-no-Distrito-Federal.pdf> Acessado em: 03 jul. 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Plano político pedagógico das medidas socioeducativas no Distrito Federal – Medida de Meio Aberto**. Distrito Federal: Secretaria da Criança. 2013. Disponível em: https://www.crianca.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/ppp_meio_aberto_secricanca.pdf Acessado em: 15 jul. 2022.

FRASSETTO, F. A. et al. Gênese e desdobramentos da lei 12594/2012: reflexos na ação socioeducativa. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v.6, p.19-72, 2012. Disponível em: <https://seer.pgskroton.com/adolescencia/article/view/186> Acessado em 25 jul. 2022.

GARONCE, F.; SANTOS, G. L. Transposição midiática: da sala de aula convencional para a presencial conectada. **Educação & Sociedade**, v.33, n.121, p.1003-1017, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000400005> Acessado em 25 jul. 2022.

GIVEN, L. M. **The Sage encyclopedia of qualitative research methods**. California: SAGE Publications, 2008.

KENSKI, V.; LACERDA, S. G. **Qualitative Research on Educational Technology in Latin America**. Oxford Research Encyclopedia of Education. New York: Oxford University Press, 2019.

LACÉ, A. M. et al. Educação Digital na Socioeducação: Experiência em Forma de Relato. **Revista UFG**, v.19, n. 59848, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/59848>. Acesso em: 25 jul. 2022.

LIRA, L. G. **A utilização das redes sociais online como ferramenta educacional**. 2016. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Estadual da Paraíba, Patos, 2016. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/xmlui/handle/123456789/10343> Acessado em: 08/03/2023.

MARIETTO, M. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v.17, n.4, p.5-18, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3312/331259758002/html/> Acessado em 15 jul. 2022.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.3, p.621-626, 2012.

MOREIRA, M. L.; SIMÕES, A.S.D.M. O uso do Whatsapp como ferramenta pedagógica no ensino de química. **Action Docência em Ciência**, v.2, n.3, p.21-43, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/fabio.fernandes/Downloads/6905-25528-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/fabio.fernandes/Downloads/6905-25528-2-PB%20(1).pdf) Acessado em 15 jul. 2022

NOBREGA, L. P. A construção de identidades nas redes sociais. **Fragmentos de Cultura**, v.20, n.1/2, p.95-102, 2010.

PESSOA, A. G; BRANQUINHO, V.W.C. A quebrada está online”: análise do uso das redes sociais por adolescentes com histórico de envolvimento em atos infracionais. **Polêmica**, v.17, n.3, p.1-19, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/31039/21825>. Acessado em 25/07/2022.

ROSA, G.; SANTOS, B. **Facebook e as nossas identidades virtuais**. Brasília: Thesaurus Editora, 2013.

SANTOS, G. L. A promoção da inclusão digital de professores em exercício: uma pesquisa de síntese sobre aproximações entre professores, novas mídias e manifestações culturais emergentes na escola. **Inter-Ação**, v.39, n.3, p.529-543, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/28790> Acessado em 01/07/2022.

SANTOS, G. L. Educação, tecnologias e inovação pedagógica: em busca do interativismo colaborativo. **Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, v.30, n.64, p.226-240, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/issue/view/610/579>. Acessado: 25/07/2022.

SANTOS, G. L. Ensinar e aprender no meio virtual: rompendo paradigmas. **Educação e Pesquisa**, v.37, n.2, p.307-320, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011000200007> Acessado: 25/07/2022.